

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Fiscal e Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
Estação/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		325.955	271.619	CIRCULANTE		177.887	141.207
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	3.419	1.717	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	63.676	42.914
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	6.162	-	Depósitos à Vista		45.211	33.379
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		6.162	-	Depósitos Interfinanceiros		4.686	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	74.742	-	Depósitos a Prazo		13.779	9.535
Carteira Própria		74.742	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	92.051	80.159
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		45.660	102.172	Repasses Interfinanceiros		92.051	80.159
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural		17	-	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		771	480
Correspondentes no país		86	7	Recursos em Trânsito de Terceiros		771	480
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	45.557	102.165	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	6	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	182.206	157.680	Empréstimos País - Outras Instituições		6	-
Operações de Crédito		190.033	164.877	OUTRAS OBRIGAÇÕES		21.383	17.654
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.827)	(7.197)	Cobrança e Arrecadação de Tributos		142	114
OUTROS CRÉDITOS		13.037	9.278	Sociais e Estatutárias		5.495	5.229
Créditos por Avals e Fianças Honorados	(NOTA 07)	108	93	Fiscais e Previdenciárias		699	649
Rendas a Receber		940	967	Diversas	(NOTA 15)	15.047	11.662
Créditos Específicos		364	344				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	12.234	8.357				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(609)	(483)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	729	772				
Outros Valores e Bens		690	775				
(Provisão para desvalorização)		(21)	(21)				
Despesas Antecipadas		60	18				
NÃO CIRCULANTE		146.673	115.582	NÃO CIRCULANTE		172.116	135.844
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		146.673	115.582	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		172.116	135.843
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	6.806	18.021	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	151.578	129.345
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		6.806	18.021	Depósitos Interfinanceiros		27.274	4.423
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	114.489	73.710	Depósitos a Prazo		124.304	124.922
Operações de Crédito		121.990	81.093	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	4.481	299
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.501)	(7.383)	Repasses Interfinanceiros		4.481	299
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07 e 08)	2	3	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	9.857	-
Diversos		2	3	Empréstimos País - Outras Instituições		9.857	-
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	12.843	12.826	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 15)	6.200	6.200
Outros Investimentos		12.843	12.826	Diversas		6.200	6.200
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	10.813	9.081	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.625	110.150
Imóveis de Uso		4.849	4.731	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	46.899	46.462
Outras Imobilizações de Uso		10.654	7.877	De Domiciliados no País		46.911	46.473
(Depreciação acumulada)		(4.690)	(3.527)	(Capital a Realizar)		(12)	(11)
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	1.720	1.941	RESERVAS DE SOBRAS		71.992	60.011
Outros Ativos Intangíveis		4.116	3.892	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.734	3.677
(Amortização acumulada)		(2.396)	(1.951)				
TOTAL DO ATIVO		472.628	387.201	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		472.628	387.201

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.704	-	25.704	47.895	1	47.896	41.727	-	41.727
Operações de Crédito	25.121	-	25.121	46.801	1	46.802	41.473	-	41.473
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	580	-	580	1.086	-	1.086	237	-	237
Resultado das Aplicações Compulsórias	3	-	3	8	-	8	17	-	17
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.116)	(32)	(9.148)	(16.167)	(59)	(16.226)	(15.159)	(32)	(15.191)
Operações de Captação no Mercado	(3.631)	(31)	(3.662)	(7.686)	(58)	(7.744)	(7.227)	(32)	(7.259)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.164)	(1)	(2.165)	(4.102)	(1)	(4.103)	(4.321)	-	(4.321)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.321)	-	(3.321)	(4.379)	-	(4.379)	(3.611)	-	(3.611)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.588	(32)	16.556	31.728	(58)	31.670	26.568	(32)	26.536
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.289)	2.165	(6.124)	(13.626)	3.924	(9.702)	(9.374)	3.719	(5.655)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.687	3.967	5.654	3.658	7.806	11.464	3.271	6.352	9.623
Rendas de Tarifas Bancárias	1.296	-	1.296	2.466	-	2.466	2.325	-	2.325
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.240)	(896)	(8.136)	(13.638)	(1.798)	(15.436)	(11.260)	(1.331)	(12.591)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(5.341)	(666)	(6.007)	(9.695)	(1.267)	(10.962)	(9.039)	(1.011)	(10.050)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3)	(167)	(170)	(16)	(330)	(346)	(48)	(273)	(321)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	4.658	153	4.811	9.612	(32)	9.580	11.735	366	12.101
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(3.346)	(226)	(3.572)	(6.013)	(455)	(6.468)	(6.358)	(384)	(6.742)
RESULTADO OPERACIONAL	8.299	2.133	10.432	18.102	3.866	21.968	17.194	3.687	20.881
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	627	-	627	656	17	673	(84)	(3)	(87)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.926	2.133	11.059	18.758	3.883	22.641	17.110	3.684	20.794
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	292	292	-	(302)	(302)	-	290	290
Provisão para Imposto de Renda	-	187	187	-	(189)	(189)	-	192	192
Provisão para Contribuição Social	-	105	105	-	(113)	(113)	-	98	98
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.146)	-	(1.146)	(2.353)	-	(2.353)	(2.354)	-	(2.354)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.780	2.425	10.205	16.405	3.581	19.986	14.756	3.974	18.730
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.581	(3.581)	-	3.974	(3.974)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.780	2.425	10.205	19.986	-	19.986	18.730	-	18.730
REVERSÃO DE OUTRAS RESERVAS	-	-	-	-	-	-	450	-	450
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.252)	-	(16.252)	(15.503)	-	(15.503)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.777)	-	(2.777)	(2.859)	-	(2.859)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.494)	-	(1.494)	(1.471)	-	(1.471)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(9.709)	-	(9.709)	(9.562)	-	(9.562)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.272)	-	(2.272)	(1.611)	-	(1.611)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.734	-	3.734	3.677	-	3.677

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG

CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	46.108	45.702	-	7.839	99.649
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.206)	(3.206)
Destinações para reservas	-	3.136	450	(3.586)	-
Outras destinações	-	-	-	(1.047)	(1.047)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	403	-	-	-	403
Baixas de capital	(2.860)	-	-	-	(2.860)
Reversões de reservas	-	-	(450)	450	-
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	18.730	18.730
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.471)	(1.471)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.562	-	(9.562)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.811	-	-	(2.859)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.611	-	(1.611)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	46.462	60.011	-	3.677	110.150
Mutações do Período	354	14.309	-	(4.162)	10.501
Saldos no início do período em 01/01/2019	46.462	60.011	-	3.677	110.150
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.290)	(3.290)
Outras destinações	-	-	-	(15)	(15)
Fundo Social	-	-	-	(372)	(372)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	605	-	-	-	605
Baixas de capital	(2.885)	-	-	-	(2.885)
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	19.986	19.986
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.494)	(1.494)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.709	-	(9.709)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.717	-	-	(2.777)	(60)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.272	-	(2.272)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	46.899	71.992	-	3.734	122.625
Mutações do Período	437	11.981	-	57	12.475
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	44.934	60.011	-	9.781	114.726
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	433	-	-	-	433
Baixas de capital	(1.185)	-	-	-	(1.185)
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	10.205	10.205
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.494)	(1.494)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.709	-	(9.709)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.717	-	-	(2.777)	(60)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.272	-	(2.272)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	46.899	71.992	-	3.734	122.625
Mutações do Período	1.965	11.981	-	(6.047)	7.899

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG
CNPJ/MF nº 87.784.088/0001-68

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	11.731	21.117	18.243
Resultado do semestre/exercício	10.205	19.986	18.730
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.526	1.131	(487)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.036	748	(341)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(37)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	112	126	(83)
Depreciação do imobilizado de uso	661	1.174	864
Amortização do intangível	234	445	395
Baixas do ativo permanente	-	3	35
Provisão para passivos contingentes	19	66	137
Destinações ao FATES	(1.494)	(1.494)	(1.471)
Dividendos SicrediPar	(42)	63	14
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(45.104)	(66.856)	(5.354)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.116	5.053	(16.535)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(74.742)	(74.742)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.127	-	4
(Aumento) em créditos vinculados	(18)	(18)	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(30)	(79)	6
(Aumento) em operações de crédito	(60.275)	(66.052)	(32.295)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	28.910	16.074	(1.648)
(Aumento) em outros créditos	(2.668)	(3.946)	(2.098)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	34	43	(253)
Aumento em depósitos	43.603	42.995	40.797
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	543	291	(124)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	9.863	9.863	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(857)	(1.471)	(1.798)
Aumento em outras obrigações	5.290	5.133	8.590
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(33.373)	(45.739)	12.889
Aquisição de Investimentos	(16)	(17)	(753)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(811)	(2.909)	(2.979)
Aplicações no Intangível	(71)	(224)	(771)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(898)	(3.150)	(4.503)
Integralização de capital	433	605	403
Baixa de capital	(1.185)	(2.885)	(2.860)
Juros ao capital próprio	(60)	(60)	(48)
Distribuição de Sobras	-	(3.677)	(4.253)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(812)	(6.017)	(6.758)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(35.083)	(54.906)	1.628
Caixa e equivalente de caixa no início do período	84.059	103.882	102.254
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	48.976	48.976	103.882

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sul Minas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais - Sicredi Sul Minas RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	3.419	1.717
Caixa	3.419	1.717
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	45.557	102.165
Total	48.976	103.882

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiaidas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.162	-
DI entre Banco e Cooperativas	6.162	-
Total circulante	6.162	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.806	18.021
DI entre Banco e Cooperativas	6.806	15.731
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.290
Total não circulante	6.806	18.021

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	74.742	-
Total circulante	74.742	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	71.965	88.330	160.295	128.654
Financiamentos	13.529	12.848	26.377	21.708
Financiamentos rurais e agroindustriais	104.539	20.812	125.351	95.608
Carteira total	190.033	121.990	312.023	245.970

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	108	-	108	93
Devedores por compra de valores e bens	4	-	4	7
Títulos e créditos a receber (i)	9.787	2	9.789	6.334
Total	9.899	2	9.901	6.434

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	97.429	78.951	487	395
Nível B	1,00	141.124	101.228	1.411	1.012
Nível C	3,00	48.817	38.973	1.465	1.169
Nível D	10,00	15.251	15.585	1.525	1.559
Nível E	30,00	8.870	7.584	2.661	2.275
Nível F	50,00	1.552	2.143	776	1.072
Nível G	70,00	5.444	2.343	3.811	1.640
Nível H	100,00	3.437	5.597	3.437	5.597
Total (i)		321.924	252.404	15.573	14.719

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 364 (2018 - R\$ 344).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.717	18.872	36.416	72.735	129.740	91.352
Rural	3	16.533	88.003	20.812	125.351	95.608
Industrial	232	2.697	2.383	2.667	7.979	15.777
Comércio	939	5.064	13.883	12.933	32.819	33.393
Outros Serviços	67	4.783	8.340	12.845	26.035	16.274
Total	2.958	47.949	149.025	121.992	321.924	252.404

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	49.466	15,37	41.202	16,32
50 devedores seguintes	70.390	21,87	57.481	22,77
100 devedores seguintes	55.841	17,35	47.026	18,63
Demais	146.227	45,41	106.695	42,28
Total	321.924	100	252.404	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	15.063	15.487
Constituição de provisão	4.379	3.611
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.505)	(4.035)
Saldo final	15.937	15.063

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.842 (2018 - R\$ 1.934), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.063 (2018 - R\$ 8.752).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	44	38
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	811	212
Devedores por compra de valores e bens	4	4
Devedores por depósitos em garantia	60	47
Impostos e contribuições a compensar	98	423
Títulos e créditos a receber (ii)	9.787	6.334
Cotas de consórcio	1.251	1.075
Devedores por convênios	-	2
Operações com cartões	130	160
Pendências a regularizar	3	6
Outros	46	56
Total Circulante	12.234	8.357
Devedores por compra de valores e bens	-	3
Títulos e créditos a receber (ii)	2	-
Total não circulante	2	3

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	690	775
Imóveis	586	734
Veículos e afins	104	35
Bens em regime especial	-	6
Despesas antecipadas	60	18
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(21)	(21)
Total Circulante	729	772

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 21 (2018 - R\$ 21) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.329	6.325
Sicredi Participações S.A.	6.513	6.500
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.843	12.826

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.116.825 ON 4.407.637 PN	2.108.803 ON 4.391.028 PN	1 Quotas	1 Quotas	6.329.414 Quotas	6.325.087 Quotas
Percentual de participação	0,62%	0,74%	0,62%	0,62%	1,62%	1,65%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	6.513	6.500	1	1	6.329	6.325

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	15.503	(4.690)	10.813	9.081
Imobilizações em curso	-	138	-	138	1.902
Terrenos	-	16	-	16	17
Edificações	4%	4.833	(806)	4.027	4.102
Instalações	10%	4.207	(1.145)	3.062	626
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.036	(1.064)	1.972	1.326
Sistema de comunicação	10%	77	(31)	46	43
Sistema de processamento de dados	20%	2.157	(1.129)	1.028	781
Sistema de segurança	10%	504	(141)	363	237
Sistema de transporte	20%	535	(374)	161	47
Intangível (i)		4.116	(2.396)	1.720	1.941
Investimentos Confederação		4.116	(2.396)	1.720	1.941
Total		19.619	(7.086)	12.533	11.022

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	45.211	-	-	45.211	33.379
Depósitos Interfinanceiros	-	4.686	27.274	31.960	4.423
Depósitos a prazo	3.820	9.959	124.304	138.083	134.457
Total	49.031	14.645	151.578	215.254	172.259

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	92.051	80.159
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	92.051	80.159
Total circulante	92.051	80.159
Recursos do Crédito Rural	4.481	299
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.481	299
Total não circulante	4.481	299

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/06/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	6	-
Outras instituições	6	-
Total circulante	6	-
Empréstimos no País - outras instituições	9.857	-
Outras instituições	9.857	-
Total não circulante	9.857	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	278	150
Obrigações por convênios oficiais	1	2
Provisão para pagamentos a efetuar	1.230	1.174
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	400	334
Outras Contingências	1	1
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.350	2.677
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Cooperativas (ii)	372	400
Pendências a regularizar	158	48
Operações com cartões	9.609	6.348
Demais fornecedores	313	279
Credores diversos	335	249
Total circulante	15.047	11.662
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Cooperativas (ii)	6.200	6.200
Total não circulante	6.200	6.200

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em janeiro de 2018 com vencimento em janeiro de 2025 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	324	160	(96)	388
Cível	10	12	(10)	12
Total	334	172	(106)	400

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	389	324
Cível	Provável	12	10
Total		401	334

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 60; R\$ 10; R\$ 73 (2018 - R\$ 90, R\$ 11 e R\$ 73), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	46.899	46.462
Total de associados	21.224	19.389

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 437 (2018 – R\$ 354), sendo R\$ 2.717 (2018 – R\$ 2.811) via integralização de resultados e R\$ 605 (2018 – R\$ 403), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.885 (2018 – R\$ 2.860).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,18% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.777, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 626 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	20.288	18.440
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.115)	(7.745)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	9	5
Provisão resgate de milhas cartão	9	(17)
Brindes e Doações	(16)	(24)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(19)	56
Receita com atos cooperativos	6.562	6.198
Juros sobre capital próprio	1.111	1.201
Prejuízo fiscal	116	86
Lucros e dividendos	17	44
Outros	23	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	462
Subtotal	7.813	8.035
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(302)	290

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	12.968	18.021
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	74.742	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	45.557	102.165
Outros Créditos - Rendas a receber	758	760
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	293	187
Investimentos (Nota 09)	12.843	12.826
Intangível (Nota 10)	1.720	1.941
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	4.686	4.423
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	96.532	80.458
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	9.863	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	9.518	6.220
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.086	237
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.485	5.063
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	5.252	7.314
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	626	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	264	-
Operações de Empréstimos e Repasses	4.103	4.321
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	770	723
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	2.885	2.730

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	139	0,31%	263
Depósitos a prazo	151	0,11%	1.201
Operações de crédito	3.798	1,22%	4.751

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.238	2.222

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	332	261
Despesa de aluguéis	816	580
Despesa de comunicação	618	546
Despesa de manutenção e conservação	854	700
Despesa de material	190	132
Despesa processamento dados	254	194
Despesa de promoções e relações públicas	773	806
Despesa de propaganda e publicidade	113	104
Despesa de seguro	67	49
Despesa de serviços do sistema financeiro	603	571
Despesa de serviços de terceiros	344	184
Despesa de serviços de vigilância e segurança	841	681
Despesa de serviços de técnicos especializados	573	396
Despesa de serviços de transportes	379	359
Despesa de viagem	75	78
Despesa de depreciação e amortização	1.174	864
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	445	395
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.675	2.439
Outras despesas administrativas	836	711
Total	10.962	10.050

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	769	554
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	4.946	6.921
Reversão de provisões operacionais	2.236	2.452
Absorção de dispêndios pelo FATES	1.471	1.798
Outras rendas operacionais	158	376
Total	9.580	12.101

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	460	276
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	229	124
Contribuição Confederação Sicredi	2.444	2.383
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	267	288
Encargos da administração financeira	28	46
Repasso administradora de Cartões	89	107
Outras provisões operacionais	1.824	2.344
Outras despesas operacionais	996	1.056
Total	6.468	6.742

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	111.464	99.353
Coobrigações em cessões de crédito	36	49
Total	111.500	99.402

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	127.477	114.809
Nível I (NI)	120.905	108.209
Capital principal - CP	120.905	108.209
Capital social	46.899	46.462
Reservas de capital	71.992	60.011
Lucros acumulados	3.734	3.677
Ajustes Prudenciais	(1.720)	(1.941)
Nível II (NII)	6.572	6.600
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	6.572	6.600
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	447.581	390.127
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	411	763
Margem de Capital (i)	80.070	73.188
Índice de Basileia (PR / RWA)	28,48%	29,50%
Situação de Imobilização (Imob)	10.814	9.081
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,48%	7,91%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Roberto Luis Frumi
Diretor Executivo
CPF: 911.954.380-87

Tomas Pontin
Diretor de Operações
CPF: 887.801.710-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20